



**Segunda Sessão do Comité Técnico Especializado de
Finanças, Questões Monetárias, Planeamento
e Integração Económica
Reunião de Ministros
16-17 de Abril de 2018
Adis Abeba, Etiópia**

Eco/STC/MAEPI(II)/MIN/Rpt

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE MINISTROS

I. Introdução

1. A segunda sessão do Comité Técnico Especializado (CTE) de Finanças, Questões Monetárias, Planeamento e Integração Económica teve lugar na Comissão da União Africana em Adis Abeba, Etiópia, de 16 a 17 de Abril de 2018. A reunião foi presidida por S. Ex.^a Prof. Bahati Lukwebo Modeste, Ministro de Estado, Ministro do Planeamento da República Democrática do Congo.
2. A reunião tomou nota da designação da República Árabe do Egipto como 3º Vice-presidente da Mesa do CTE, cuja composição é a seguinte é a seguinte:

Presidente	República do Sudão (África Oriental)
1º Vice-presidente	Rep. Centro Africana (África Central)
2º Vice-presidente	República do Senegal (África Ocidental)
3º Vice-presidente	Rep. Árabe do Egipto (África do Norte)
Relator	Reino do Lesotho (África Austral)

A. Participação

3. A reunião contou com a participação de representantes dos seguintes Estados-membros: Argélia, Angola, Benim, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, República Centro Africana, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Jibuti, Egipto, Etiópia, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Líbia, Marrocos, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.
4. O Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) esteve igualmente representado.
5. Estiveram igualmente presentes representantes de Instituições africanas e internacionais e representantes de departamentos técnicos da Comissão da União Africana.

B. Discursos de abertura

6. A abertura da sessão foi moderada pelo Dr. Rene Kouassi, Director dos Assuntos Económicos da Comissão da União Africana.
7. No seu discurso de boas-vindas, S. Ex.^a Admasu Nebebe, Ministro de Estado para as Finanças e Cooperação Económica da República Federal Democrática da Etiópia, deu as boas-vindas aos convidados à Adis Abeba e exprimiu a sua gratidão ao Comissário por organizar a reunião e aos Estados-membros pela sua participação. Realçou que todos os anos África perde cerca de 50 biliões de Dólares Americanos devido à Corrupção e aos Fluxos Financeiros Ilícitos (IFF's). Mencionou que para combater a

corrupção e os fluxos financeiros ilícitos, África precisa de recursos suficientes que devem ser mobilizados dentro do continente para o seu desenvolvimento. Destacou a importância da Agenda 2063 e da Agenda 2030 no combate aos fluxos financeiros ilícitos e à corrupção. Indicou que a Etiópia envidou esforços no combate à corrupção e aos IFFs através da reforma das suas leis tributárias, garantindo transparência no sector bancário e no sistema tributário. Esforços estão a ser envidados com vista a criar consciencialização através da Comissão Anticorrupção, visando um ambiente livre da corrupção. Além disso, realçou o uso dos meios de comunicação social para a sensibilização. Ademais, estão em curso investigações, especialmente nas áreas altamente afectadas por actos de corrupção, como por exemplo a administração de terras, e serão tomadas medidas para recuperar quaisquer recursos perdidos devido à corrupção e aos fluxos financeiros ilícitos (IFFs).

8. Em nome do Presidente da Comissão da União Africana, S. Ex.^a Sr.^a Amira El Fadil, Comissária para os Assuntos Sociais realçou a importância da plataforma do CTE na promoção da integração económica e no alcance dos objectivos da Agenda 2063. Afirmou que a Comissão irá envidar todos os esforços necessários com vista a implementar a Zona Continental de Livre Comércio (ZCLC) de forma bem-sucedida. Observou que as instituições financeiras da União Africana irão desempenhar um papel preponderante na implementação da ZCLC. Exortou a todos os países que ainda não o fizeram, para que assinem e ratifiquem os instrumentos jurídicos de instituições financeiras. Mencionou que os países africanos demonstraram resiliência após a recente queda dos preços dos produtos de base, graças aos progressos alcançados na governação macroeconómica. Contudo, o crescimento registado é muito baixo e não criou empregos suficientes. A Comissária enfatizou a necessidade de lutar contra a corrupção, reduzir a dimensão do sector informal e recuperar activos adquiridos ilegalmente, a fim de financiar o desenvolvimento do continente. Concluiu manifestando o desejo da Comissão de trabalhar em estreita colaboração com os Estados-membros e as Comunidades Económicas Regionais (CER) nestes domínios.

C. Adopção do projecto de agenda

9. Os representantes dos Estados Membros adoptaram a seguinte agenda:
 - (a) Abertura da reunião
 - (b) Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho
 - (c) Discurso principal sobre questões económicas da actualidade em África e sobre “Mobilização de Recursos Internos: Combate à Corrupção e aos Fluxos Financeiros Ilícitos”
 - (d) Painel de Debate sobre “Mobilização de Recursos Internos”
 - (e) Painel de Debate sobre “Combate à Corrupção”
 - (f) Painel de Debate sobre “Combate aos Fluxos Financeiros Ilícitos”
 - (g) Apreciação do Relatório e das Recomendações da Reunião de Peritos

- (h) Apreciação e Adopção do Relatório e das Recomendações da Reunião Ministerial e da Declaração Ministerial
- (i) Diversos
- (j) Encerramento da reunião

II. Narração dos Trabalhos

A. Discurso principal sobre questões económicas da actualidade em África e sobre “Mobilização de recursos internos: Combate à Corrupção e aos Fluxos Financeiros Ilícitos”

10. O discurso principal foi proferido pelo Sr. Julio Escolano, Representante Residente do Fundo Monetário Internacional (FMI) na Etiópia, tendo realçado o papel crucial da mobilização de recursos internos como uma via sustentável para investir em serviços sociais e infra-estruturas para o alcance da Agenda 2063 e da Agenda 2030, em prol dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. Dissertando sobre o contexto macroeconómico continental actual marcado por incertezas e turbulências desde o fim do “*súper ciclo*” da grande expansão de bens em 2014, o Representante Residente realçou a necessidade de criar ambientes favoráveis aos níveis nacional e regional como um factor catalisador para o reforço da mobilização de recursos internos.
11. Destacou a importância da reforma dos sistemas tributários através do reforço da capacidade e das instituições, com vista a melhorar a cobrança das receitas fiscais. A este respeito, realçou a necessidade dos países africanos considerarem uma abordagem holística visando a melhoria da mobilização de receitas, abrangendo a política tributária e a administração tributária, no sentido de reduzir oportunidades de não-conformidade e minimizar o extravasamento da base tributária. Outrossim, enfatizou a necessidade de regimes especiais e incentivos para que haja objectivos e orientações claras e que sejam monitorizadas e avaliadas regularmente. Além disso, o Representante Residente realçou a necessidade dos países implementarem políticas tributárias que sejam mais difíceis à evasão e fáceis de cumprir, a fim de tirar proveito do potencial tributário do sector privado. Em conclusão, advertiu que no alargamento da base tributária, os países devem evitar políticas economicamente ineficientes.

Debates

12. Nos debates que se seguiram, os Estados-membros saudaram a apresentação feita pelo Representante Residente do FMI, tendo observado a sua relevância no contexto actual em que países africanos estão a conceber novas estratégias para melhorar as suas capacidades de mobilização de recursos internos. Enfatizaram a importância do combate à corrupção e aos fluxos financeiros ilícitos no contexto da utilização dos recursos internos em prol da transformação socioeconómica.
13. Sobre a complexidade dos sistemas fiscais, destacaram as opções estratégicas disponíveis para ampliar a base tributária. A este respeito, notaram a importância da formalização do sector informal e a melhoria do

engajamento entre as autoridades fiscais e o sector informal, como forma para melhorar a conformidade fiscal involuntária. Os Peritos sublinharam igualmente a importância de consolidar regulamentos fiscais, de modo a facilitar os contribuintes fiscais e investidores a encontrar informação sobre os procedimentos tributários e códigos fiscais. Observou-se ainda que a diversificação das economias africanas é crucial para mobilizar os recursos internos, além dos recursos que podem ser mobilizados através da tributação.

Recomendações

14. Foram feitas as seguintes recomendações:

- a) A CUA deve estabelecer contacto com diferentes agências e organizações que dedicam-se ao combate à corrupção, a fim de fortalecer a capacidade dos Estados-membros para combater a corrupção; e
- b) A CUA, em colaboração com as instituições de combate à corrupção nos Estados-membros, deve publicar um relatório sobre a corrupção em África numa base regular.

B. Painel de Debate sobre a "Mobilização de Recursos Internos"

Apresentação

15. O painel de debates sobre a mobilização de recursos internos foi presidido por S. Ex.^a Abena Osei-Asare, Deputada e Vice-Ministra das Finanças do Gana. O painel foi composto por S. Ex.^a Modeste Bahati Lukwebo, S. Ex.^a Dr. Mohamed Maait, Vice-Ministro das finanças do Egipto, Prof. Emmanuel Nnadozie, Secretária Executivo da Fundação Africana para o Reforço de Capacidades (ACBF).

16. A presidente apresentou o tema e compartilhou a experiência do seu país, ou seja, o Gana, na área de Mobilização de Recursos Internos. Afirmou que o Gana está a abordar a ineficiência e os escoamentos no sistema tributário através de medidas que visam maximizar o seu rendimento. Aconselhou os governos a considerar a mobilização de receitas na área da indústria extractiva e a proporcionar a capacidade adequada aos órgãos de administração.

17. S. Ex.^a Modeste Bahati Lukwebo salientou que a mudança de mentalidade em relação ao pagamento de impostos e a redução do tamanho do sector informal são fulcrais para a mobilização de recursos. Referiu que os países africanos devem integrar e industrializar as suas economias, com vista a serem mais resistentes aos choques da fixação de preços internacional. A justiça fiscal também é indispensável, pelos que os governos devem conceder incentivos aos contribuintes fiscais, através dos programas e infra-estruturas sociais. Recomendou que os Estados-membros devem adoptar estratégias para implementar Parcerias Público-Privadas bem-sucedidas.

18. Por seu turno, o Professor Emmanuel Nnadozie sublinhou que o sector informal constitui um grande problema e as políticas fiscais devem visar a melhoria da produtividade no sector informal. No que diz respeito aos Fluxos Financeiros Ilícitos, ele afirmou que esta questão afecta a mobilização das receitas necessárias para o financiamento de programas sociais e de infraestruturas. Todavia, ele indicou a necessidade da minimização dos contactos entre os operadores e os funcionários públicos, graças à utilização da informática, tendo em vista a modernização do sistema fiscal.

19. O Dr. S. Ex.^a Mohamed Maait referiu que aqueles que estão no sector informal puderam lá estar porque não terem incentivos que os levaria a mudarem-se para o sector formal. A este respeito, é fundamental a prestação de incentivos e pacotes de benefícios. Os Estados-membros devem introduzir diferentes regimes designados a abordar a informalidade, visto que há heterogeneidade no sector formal. Concluiu destacando a importância de instituições fortes e a necessidade de conceber políticas específicas para os países.

Debates

20. Os debates centraram-se sobre a necessidade de reforçar a capacidade dos Estados-membros, de forma a melhorar a transparência nos seus sistemas financeiros e fiscais, e aumentar a arrecadação de receitas. Observou-se igualmente que a tributação de sectores como agricultura e gestão agrária podem proporcionar receitas adicionais. A reunião concordou que o objectivo final da mobilização de recursos internos deve ser a promoção do crescimento e a criação de empregos. A ineficiência das administrações fiscais é uma das causas do baixo nível de arrecadação de receitas, porquanto deve-se abordar a questão dos FFI. Além disso a reunião sublinhou a necessidade de utilizar os recursos financeiros disponíveis de forma otimizada.

Recomendações

21. Na sequência das apresentações e debates, foram feitas as seguintes recomendações.

- (a) Deve-se elaborar estratégias do reforço de capacidades com maior inclusão dos órgãos competentes (autoridades fiscais, funcionários dos ministérios das finanças, parlamentares, órgãos judiciais, etc.);
- (b) Os Estados-membros devem introduzir estratégias voltadas a sistemas fiscais mais eficientes e justos em África, e expandir as bases tributárias de forma a incluir o sector informal de maneira otimizada e administrativamente prática;
- (c) Os Estados-membros devem introduzir opções jurídicas, regulamentares e políticas para maximizar o impacto dos recursos financeiros disponíveis, otimizar o uso dos incentivos fiscais e racionalizar as isenções fiscais; e

- (d) Os Estados-membros devem implementar mecanismos governamentais e monetários eficientes para a cobrança de impostos e envidar esforços no sentido de recolher os rendimentos fiscais, sobretudo na área das indústrias extrativas;
- (e) Os Estados Membros devem fortalecer as suas capacidades na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, tendo em vista a informatização dos procedimentos fiscais e administrativos;
- (f) Os Estados Membros devem fazer a concepção de uma fiscalidade adaptada ao sector informal, com base numa boa utilização dos recursos recolhidos para a sua transformação em sector formal.

C. Painel de Debate sobre o “Combate à Corrupção”

Apresentação

- 22.A Presidente, S. Ex.^a Abena Osei-Asare, Vice-Ministra das Finanças do Gana, apresentou a sessão, ressaltando a importância fundamental de África combater a corrupção, com vista a colmatar a lacuna do financiamento e alcançar o progresso através da transformação estrutural.
- 23.Na sua intervenção, o Prof. Clément Kouakou esclareceu a importância da digitalização dos sistemas fiscais africanos de modo a melhorar a confiança dos cidadãos nos sistemas fiscais. Ressaltou que a confiança é o cerne de regimes de tributação eficazes, tendo sublinhado os esforços que estão a ser envidados pela Costa do Marfim, no sentido de reduzir a propagação da corrupção no sector público.
- 24.Da sua parte, S. Ex.^a Modeste Bahati Lukwebo enfatizou igualmente o papel da digitalização na melhoria da transparência dos sistemas fiscais, como meio para fortalecer a boa governação e a responsabilização.
- 25.Ao sublinhar o exemplo do Gana, S. Ex.^a Abena Osei-Asare, observou que o aproveitamento da participação cívica é fulcral para assegurar que os sistemas fiscais e regimes tributários são compreendidos e apoiados pelos cidadãos, especialmente no contexto actual de fortalecimento da mobilização de recursos internos. Referiu que os esforços do Gana incluíram a criação de um Gabinete do Procurador Especial para investigar casos de corrupção.
- 26.O Senhor Kassim Chabi Taba, representante do Benim, sublinhou a necessidade de institucionalização do combate contra a corrupção. A este propósito, venceu a necessidade da adopção de uma lei contra a corrupção bem como a criação de uma autoridade responsável pelo combate contra a corrupção, sob a supervisão directa do Presidente da República. Por outro lado, sublinhou a importância da redução do contacto entre contribuintes fiscais e a administração tributária.

27. Na sua intervenção, a Sr^a Mariame Hien/Zerbo, do Burquina Faso, assinalou a necessidade dos países africanos assinarem e ratificarem protocolos e instrumentos jurídicos que visam o combate à corrupção. Ela sublinhou a importância de quadros coerentes através da racionalização dos procedimentos da administração pública, com vista evitar e mitigar incentivos de corrupção no sistema tributário. Notou que o Burquina Faso tomou uma série de medidas para reforçar o combate à corrupção, designadamente o desenvolvimento de uma estratégia de combate à corrupção, sistematização dos fluxos de fundos e modernização da gestão imobiliária.

28. Debruçando-se sobre a dimensão do género da corrupção em África, a Sr^a Letty Chiwara, Representante da ONU Mulher na Etiópia junto da UA e da ECA, afirmou que África estava a perder cerca de 148 mil milhões de USD, representando 25% PIB, anualmente, devido à corrupção. Na perspectiva do alcance de um crescimento inclusivo e sustentável, ela enfatizou a necessidade de trabalhos de pesquisa sobre o impacto diferencial da corrupção sobre o género em África, e engendrando índices de corrupção.

Debate

29. Durante o debate, a reunião realçou que era importante que os países africanos elaborassem e desenvolvessem cursos educacionais específicos a todos os níveis, com vista à construção de sociedades cívicas em que o combate à corrupção é um princípio ético. Por outro lado, a reunião abordou a dimensão social da corrupção relativamente à sua incidência na prestação de serviços básicos para mulheres, crianças e jovens.

30. A reunião discutiu igualmente a importância da ratificação de Convenções e Protocolos aos níveis continental e internacional, com vista a assegurar que os países tenham adoptado as acções necessárias no combate à corrupção. Neste sentido, o consenso emergente em torno de algumas das melhores práticas salientou a necessidade das declarações patrimoniais como uma ferramenta poderosa para prevenir e combater a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos. Isto é um factor essencial para assegurar a transparência e a responsabilidade, de modo a prevenir a corrupção e as riquezas inexplicáveis de funcionários governamentais.

31. A reunião referiu que o reforço de capacidade de instituições existentes e de garantir a sua independência, é importante para combater as causas profundas da corrupção, investigar e processar a corrupção e delitos conexos.

Recomendações

32. À luz das deliberações, a reunião teceu as seguintes recomendações:

- a) Os Estados-membros devem elaborar e implementar cursos educacionais específicos a todos os níveis, com vista à construção de sociedades cívicas em que o combate à corrupção é um princípio ético;
- b) Os Estados-membros devem assinar e ratificar todos protocolos continentais e internacionais pertinentes, e instrumentos jurídicos que visa o combate à corrupção.
- c) O combate contra a corrupção deve envolver os Chefes de Estado e de Governo, os Parlamentares, o Poder Judiciário, o Sector Privado e a Sociedade Civil.

D. Painel de Debate sobre o “Combate aos Fluxos Financeiros Ilícitos”

E. Apresentação

33. O Presidente, Dr. Mohamed Abbas Maherzi, Director de Políticas Fiscais no Ministério de Finanças da Argélia, salientou a importância da prevenção de FFIs em África, e apresentou os membros do Painel constituído pela Sr^a Juldeh Ceesay, Secretária-Adjunta Permanente para a Mobilização de Recursos e Cooperação Internacional da Gâmbia; O Sr. Ibrahim A. Zeidy, Director do Instituto Monetário do COMESA; e o Sr. Julio Escolano, Representante residente do Presidente do FMI na Etiópia. Solicitou que cada membro do Painel respondessem às três seguintes perguntas:

- Quais são as experiências bem sucedidas no combate aos fluxos financeiros ilícitos relacionados com impostos?
- Que políticas poderiam ser aplicadas contra a adulteração de facturas comerciais e o branqueamento de capitais?
- Como é que uma integração regional bem sucedida pode ajudar a travar os fluxos financeiros ilícitos?

34. A representante da Gâmbia informou a reunião que novas reformas tinham sido executadas pelo seu país, visando reforçar a administração de impostos e instituições responsáveis pela cobrança de impostos. Ela indicou também que o governo introduziu o sistema de Número de Identificação Fiscal (NIF), a digitalização do sistema tributário e incentivos para o pessoal da Autoridade Tributária, para a mitigação da corrupção. Por outro lado, referiu que o governo tomou medidas de defesa para sensibilizar a população sobre a necessidade de combater os FFIs. Concluiu indicando que organizações regionais devem ajudar a reforçar a capacidade dos Estados-membros de modo que possam aderir e observar os protocolos regionais e internacionais.

35. O representante do FMI, por seu turno, sublinhou a importância do impacto adverso dos fluxos financeiros ilícitos na economia africana. Salientou igualmente a necessidade da harmonização dos procedimentos alfandegários e das estatísticas do comércio. Ao nível regional, recomendou uma clara definição acerca dos FFIs e da troca de informação entre as autoridades de aplicação da lei.

36.O representante do COMESA enfatizou a necessidade de desenvolvimento de capacidade dos Estados-membros, designadamente funcionários das alfândegas e bancos centrais, o reforço da cooperação entre os Estados-membros e a troca de melhores práticas a nível regional.

Debate

37.No decurso da deliberações, os participantes fizeram varias observações, incluindo as causas dos fluxos financeiros ilícitos no continente e partilharam as experiências dos respectivos paísdes.

Recomendações

38.Após os debates, a reunião teceu as seguintes recomendações:

- a) As organizações regionais devem ajudar a reforçar a capacidade dos Estados-membros, de modo que possam aderir e observar os protocolos regionais e internacionais;
- b) A Comissão da União Africana deve formular um instrumento para a troca de boas práticas e um sistema para a partilha de informações. Neste contexto, a Comissão da União Africana deve efectuar um estudo de viabilidade sobre a criação dos dois instrumentos e submeter um relatório sobre as respectivas incidências fianceiras, jurídicas e estruturais, tendo em vista a sua apresentação para análise durante a próxima sessão do CTE;
- c) A Comissão da União Africana deve ajudar a consolidar a capacidade dos Estados-membros para melhor negociarem com países desenvolplvidos e parceiros;
- d) A Comissão da União Africana deve proceder a uma avaliação das instituições responsáveis pelo combate contra a corrupção, os fluxos financeiros ilícitos e outros crimes conexos, tendo em vista o fortalecimento das suas capacidades bem como a coordenação dos seus esforços. A este propóstio, a Comissão da União Africana deve submeter um relatório ao CTE durante a sua próxima sessão;
- e) A Comissão da União Africana deve desenvolver uma metodologia de medição dos Fluxos Financeiros Ilícitos;
- f) A Comissão da União Africana deve adoptar medidas para a harmonização de procedimentos e metodologias aduaneiros para a produção de estatísticas do comércio; e
- g) Os Estados-membros devem racionalizar as isenções de impostos e incentivos fiscais, de modo a mitigar o impacto sobre as receitas e o desenvolvimento do Estado e acompanhamento da execução.

III. Análise do Relatório e das Recomendações da Reunião de Peritos

39.A Reunião tomou nota e adoptou o Relatório da Reunião de Peritos e formulou os seguintes comentários principais:

Debate durante a sessão de abertura

- a) A África do Sul apresentou reservas em relação ao documento sobre os resultados da reunião, com base nas seguintes questões da Comissão da União Africana;
- b) A Comissão da União Africana deve enviar os documentos de trabalho aos Estados-membros em todas as línguas de trabalho da União Africana com pelo menos 30 dias antes da abertura de uma sessão do CTE, de acordo com o Regulamento Interno existente;
- c) A Comissão da União Africana deve enviar convites ao CTE através de canais diplomáticos formais, ou seja, as embaixadas em Adis Abeba, Ministérios dos Negócios Estrangeiros, bem como as autoridades competentes dos Estados-membros; e
- d) Deve-se solicitar à Comissão da União Africana para que faça consultas junto da Mesa do CTE em relação à convocação de futuras sessões, com vista a garantir que as reuniões não tenham sobreposição e para assegurar a participação eficaz de todos os Ministros.

Apresentação e debate do Relatório da Reunião de Peritos Independentes sobre o tema do CTE

- a) A Comissão da União Africana deve, em colaboração com os Estados Membros, elaborar os Termos de Referência para o Grupo de Peritos Independentes no domínio de finanças e determinar a sua relação institucional com o Comité Técnico Especializado para Finanças, Questões Monetárias, Planificação Económica e Integração.

Apresentação e debate do tema: “Mobilização de recursos internos - combate à corrupção e aos fluxos financeiros ilícitos

- a) A Comissão da União Africana deve criar o seu próprio mecanismo para avaliar os fluxos financeiros ilícitos, fundamentando-se nos mecanismos regionais existentes, de modo a medir os fluxos financeiros ilícitos e criar um sistema de recolha de dados para combater e rastrear a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos, bem como partilhar as boas práticas e experiências.

STATAFRIC e PANSTAT

- b) A Comissão da União Africana deve apresentar os projectos de Estatutos das duas instituições para comentários por parte dos Estados-membros no prazo de 30 dias a contar da data de envio dos dois

documentos, ou até 1 de Junho de 2018, para possibilitar a Comissão de concluir os dois documentos e os apresentar na próxima sessão do CTE.

IV. Análise a adopção do Relatório e da Declaração da Reunião dos Ministros

40. O Relatório e a Declaração da reunião dos Ministros foram adoptados com emendas.

V. Questões diversas

41. Não foi levantada nenhuma questão sobre este ponto da agenda-

VI. Encerramento

42. No seu discurso de encerramento. Sua Excelência Professor Harison Victor, Comissário para os Assuntos Económicos, agradeceu aos Estados Membros pela sua participação activa na 2ª Sessão do Comité Técnico Especializado para Finanças, Questões Monetárias, Planificação Económica e Integração. Exortou os Estados membros a prestarem o seu apoio aos esforços da Comissão, tendo em vista a produção de dados estatísticos de qualidade para uma luta eficaz contra a corrupção, os fluxos financeiros ilícitos, rumo a uma melhor mobilização de recursos internos.

43. Sua Excelência o Professor Bahati Lukbwebo, Presidente da Segunda Sessão do Comité Técnico Especializado, sublinhou a importância da mobilização de recursos internos, tendo exortado os Estados Membros a redobrar esforços no combate contra a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos. Realçou que ainda há muito trabalho a ser feito para enfrentar os desafios ligados ao desenvolvimento de África, com vista a atrair investimentos para a realização da Agenda 2063.